

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

2º Trimestre de 2017

Capacidade de financiamento da economia manteve-se em 1,0% do PIB

A capacidade de financiamento da economia situou-se em 1,0% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano terminado no 2º trimestre de 2017, valor idêntico ao observado no trimestre anterior.

Por setor institucional, registaram-se melhorias no setor das Administrações Públicas (AP), que passou de uma necessidade de financiamento de 1,6% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2017 para 1,4%, e no setor das sociedades financeiras, tendo a respetiva capacidade de financiamento aumentado 0,4 pontos percentuais (p.p.) para 2,3% do PIB. O saldo correspondente às sociedades não financeiras diminuiu para -1,3% do PIB, na sequência do aumento das remunerações pagas e do investimento do setor. A capacidade de financiamento das famílias estabilizou em 1,4% do PIB, associado à estabilização da poupança corrente, verificando-se aumentos de magnitude semelhante no rendimento disponível e na despesa de consumo final.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -1017,2 milhões de euros no 2º trimestre de 2017, correspondente a -2,1% do PIB (-2,8% em igual período do ano anterior). No conjunto do 1º semestre de 2017, o saldo global das AP fixou-se em -1794,4 milhões de euros, correspondendo a -1,9% do PIB (-3,1% do PIB em igual período do ano passado).

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 2º trimestre de 2017.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais e não estão ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

**Capacidade de financiamento da economia
estabilizou em 1,0% do PIB**

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,0% do PIB no 2º trimestre de 2017, valor idêntico ao registado no trimestre anterior. O RNB aumentou 1,1%, acréscimo marginalmente superior ao do PIB nominal (1,0%) devido à ligeira melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade.

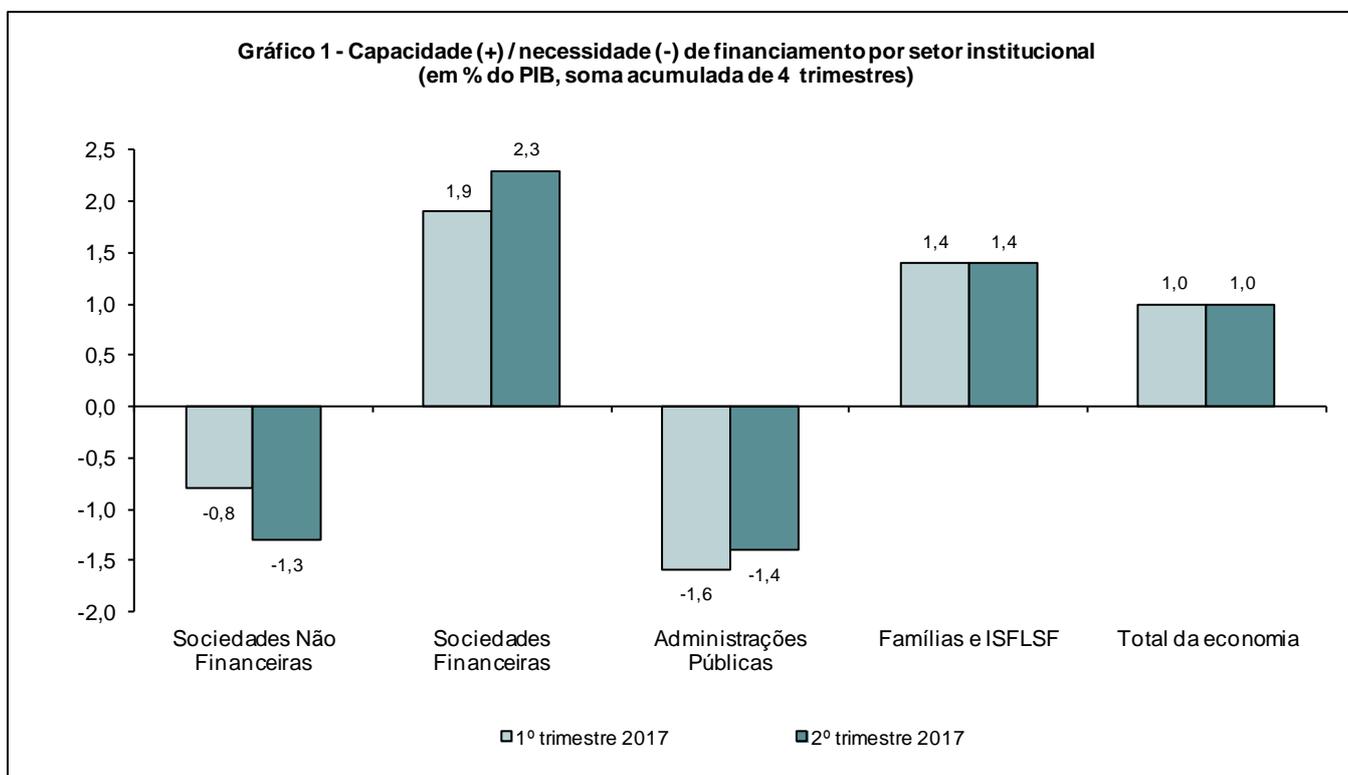
O RDB registou uma taxa de variação de 1,0%, superior ao acréscimo da despesa de consumo final (0,7%), conduzindo ao aumento de 2,7% da poupança bruta (mais 1,4 p.p. do que no trimestre anterior).

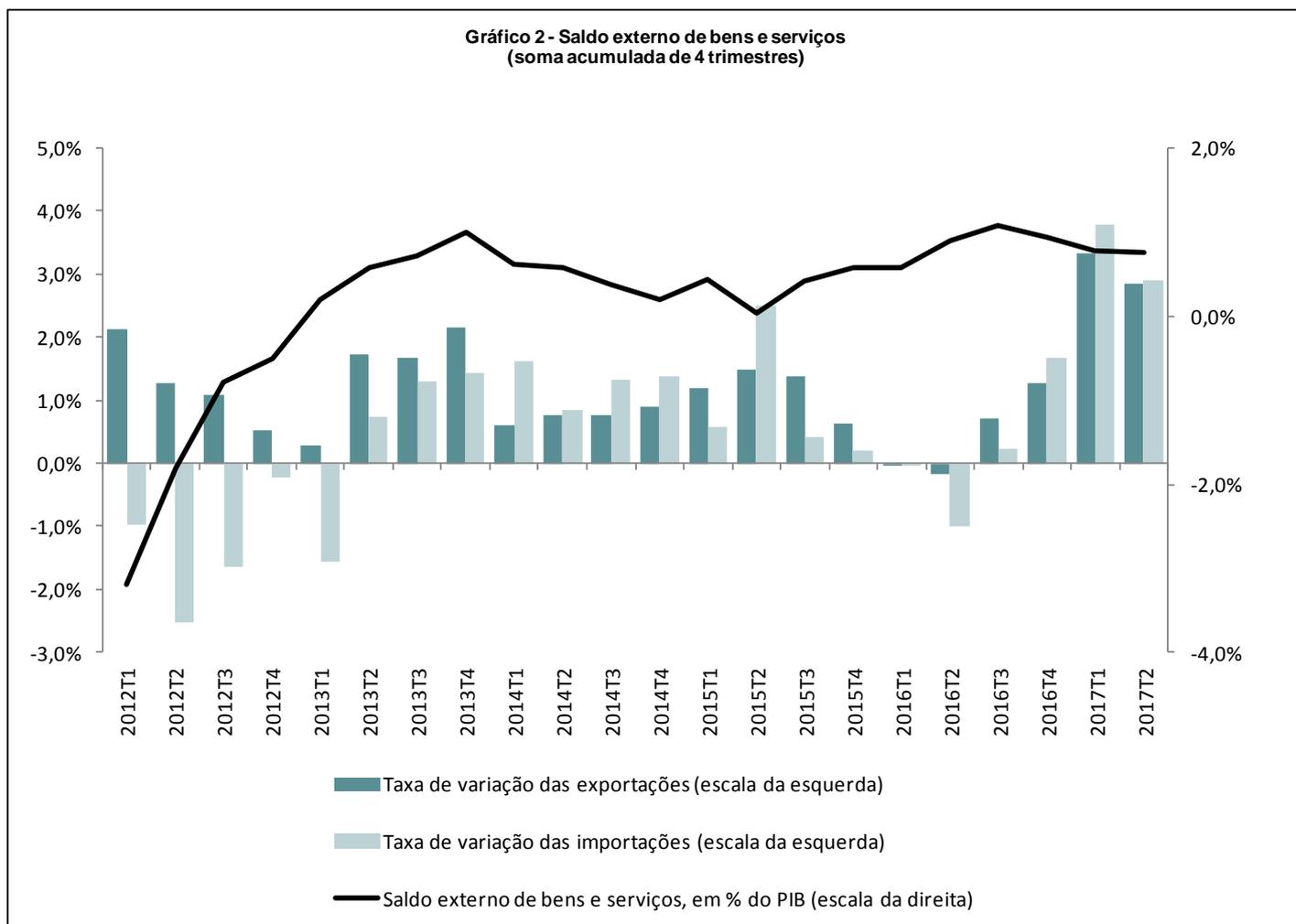
A poupança bruta da economia e a Formação Bruta de Capital (FBC) registaram taxas de variação de 2,7% e 2,6% no ano acabado no 2º trimestre de 2017, determinando assim a estabilização da capacidade de financiamento da economia em 1,0% do PIB.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional. A necessidade de financiamento das AP diminuiu 0,2 p.p., fixando-se em 1,4% do PIB. A melhoria do saldo das AP resultou essencialmente do aumento simultâneo das receitas de impostos sobre a produção e das contribuições sociais recebidas, que mais do que compensaram a descida na receita com os impostos sobre o rendimento.

O saldo das Sociedades Não Financeiras diminuiu 0,5 p.p. para -1,3% do PIB no 2º trimestre de 2017, enquanto a capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras aumentou para 2,3% do PIB.

O saldo externo de bens e serviços estabilizou em 0,8% do PIB, valor idêntico ao registado no trimestre anterior, refletindo os aumentos muito aproximados das exportações e importações de bens e serviços em 2,8% e 2,9%, respetivamente (ver gráfico 2).





Famílias: capacidade de financiamento estabilizou em 1,4% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias¹ estabilizou em 1,4% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2017, associado à estabilização da poupança corrente, refletindo sobretudo a semelhança entre o aumento da despesa de consumo final e o aumento do rendimento disponível.

A taxa de poupança das Famílias manteve-se em 5,2% do rendimento disponível, igual à observada no trimestre anterior. Como se pode observar no gráfico 3,

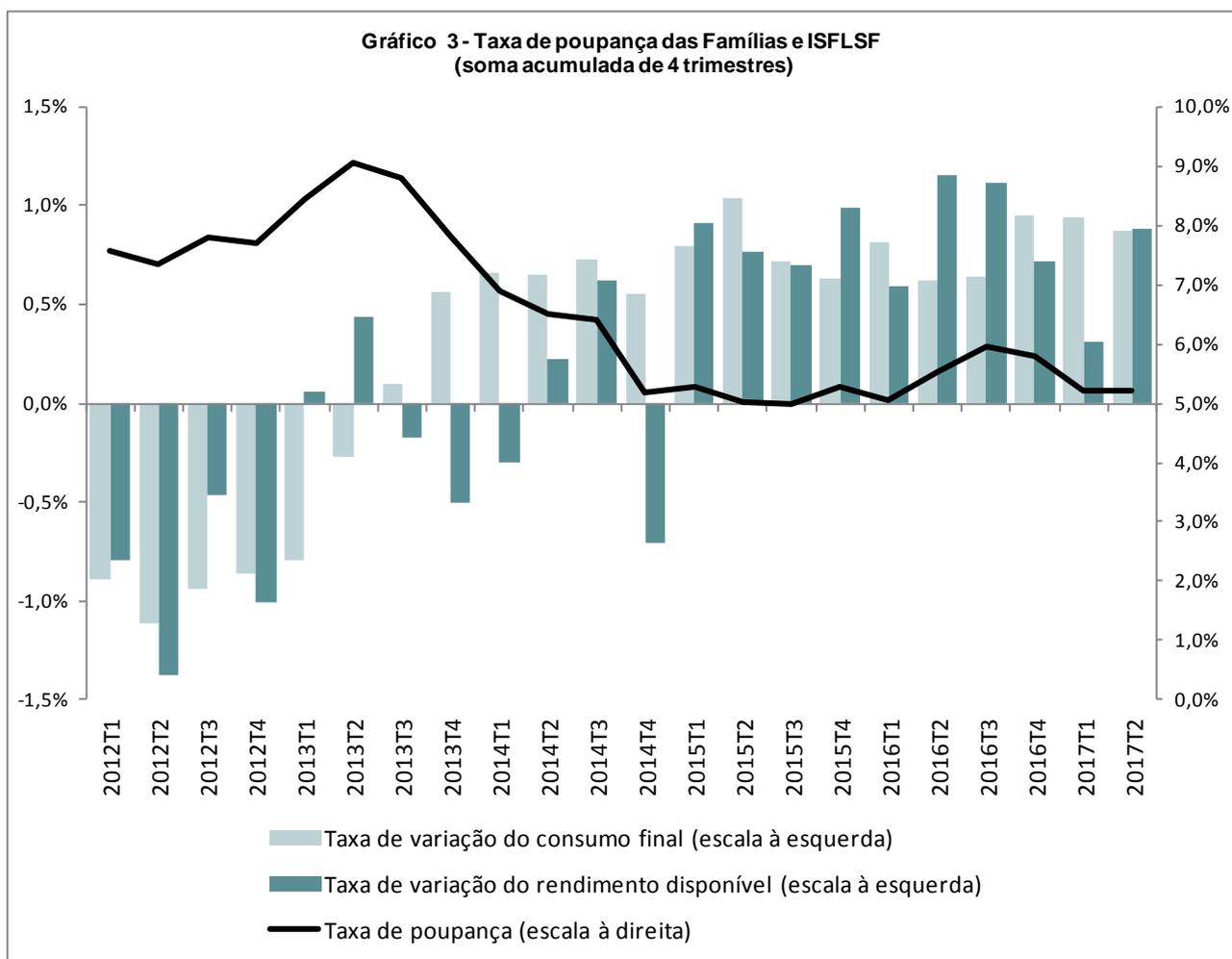
¹ Inclui as Famílias e as instituições Sem Fim Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF). Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo.

a despesa de consumo final e o rendimento disponível registaram variações idênticas (0,9%).

O crescimento do rendimento disponível das Famílias resultou principalmente da diminuição em 7,7% dos impostos sobre o rendimento pagos pelas famílias e do aumento de 1,1% das remunerações recebidas, que mais que compensaram a redução dos rendimentos líquidos de propriedade. A redução dos impostos sobre o rendimento pagos pelas famílias traduziu sobretudo o efeito positivo da antecipação de reembolsos do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS). Este efeito tenderá a ser compensado no trimestre seguinte.

Como se observa no quadro 1, com a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível, os impostos sobre o rendimento e as remunerações registaram as contribuições mais relevantes, com 0,8 p.p. e 0,7 p.p., respetivamente. No quadro 2 apresenta-se a composição do rendimento disponível. No 2º trimestre

de 2017, as remunerações representaram 64,3% do rendimento disponível e o excedente bruto/rendimento misto 25,9% (64,2% e 26,0%, respetivamente, no trimestre anterior).



Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...(5) - (6)
2012T1	-0,7	0,0	-0,1	0,4	-0,4	0,0	-0,8
2012T2	-1,9	0,1	0,1	0,6	-0,1	0,2	-1,4
2012T3	-0,8	0,1	0,0	0,2	-0,2	-0,2	-0,5
2012T4	-1,6	0,3	0,0	0,1	-0,1	-0,4	-1,0
2013T1	0,0	0,1	0,6	0,3	0,1	1,0	0,1
2013T2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,4
2013T3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,6	-0,2
2013T4	0,7	0,1	-0,3	-0,2	0,4	1,1	-0,5
2014T1	-0,2	0,1	-0,1	-0,1	0,1	0,1	-0,3
2014T2	0,6	0,0	0,0	-0,5	0,1	0,1	0,2
2014T3	0,5	0,1	0,1	0,5	0,0	0,4	0,6
2014T4	-0,6	0,1	0,1	-0,5	-0,2	-0,4	-0,7
2015T1	0,5	0,1	0,3	-0,1	0,2	0,0	0,9
2015T2	0,5	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,8
2015T3	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,7
2015T4	0,6	0,1	0,0	0,2	0,0	-0,1	1,0
2016T1	0,6	0,3	-0,1	0,0	-0,1	0,0	0,6
2016T2	0,6	0,2	0,0	0,0	0,2	-0,2	1,2
2016T3	0,7	0,2	-0,2	0,0	0,0	-0,4	1,1
2016T4	0,8	0,3	-0,1	-0,3	0,0	0,1	0,7
2017T1	0,6	0,0	-0,2	-0,3	0,2	-0,1	0,3
2017T2	0,7	0,1	-0,4	-0,4	0,1	-0,8	0,9

Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (% soma acumulada de 4 trimestres)

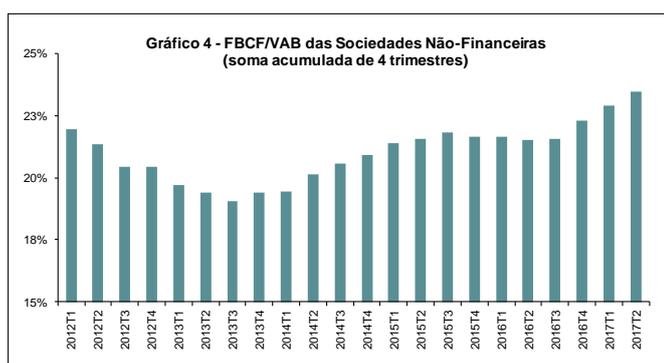
	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas
2012T1	65,0	24,9	7,7	-8,6	7,1	3,8
2012T2	64,0	25,3	7,9	-8,8	7,8	3,8
2012T3	63,5	25,5	8,0	-8,7	8,0	3,6
2012T4	62,5	26,1	8,0	-8,4	8,3	3,5
2013T1	62,5	26,1	8,6	-9,4	8,5	3,6
2013T2	62,2	26,1	8,8	-9,4	8,8	3,6
2013T3	62,4	26,2	8,8	-10,1	8,9	3,7
2013T4	63,4	26,4	8,6	-11,3	8,8	4,1
2014T1	63,4	26,5	8,6	-11,5	8,8	4,2
2014T2	63,9	26,5	8,6	-11,5	8,3	4,3
2014T3	63,9	26,4	8,6	-11,8	8,7	4,2
2014T4	63,7	26,6	8,8	-11,4	8,2	4,1
2015T1	63,6	26,5	8,9	-11,3	8,1	4,2
2015T2	63,7	26,3	9,0	-11,3	8,1	4,2
2015T3	63,4	26,2	9,2	-11,2	8,1	4,2
2015T4	63,4	26,0	9,2	-11,0	8,2	4,2
2016T1	63,6	26,2	9,0	-10,9	8,1	4,1
2016T2	63,5	26,0	8,9	-10,6	8,0	4,2
2016T3	63,5	25,9	8,7	-10,1	7,9	4,2
2016T4	63,8	26,1	8,5	-10,1	7,6	4,1
2017T1	64,2	26,0	8,3	-10,0	7,2	4,3
2017T2	64,3	25,9	7,8	-9,1	6,8	4,3

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento diminuiu para 1,3% do PIB

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras agravou-se 0,5 p.p., atingindo 1,3% do PIB no 2º trimestre de 2017 (0,8% no trimestre precedente). O Valor Acrescentado Bruto (VAB) aumentou 1,2%, menos 0,3 p.p. que o aumento das remunerações pagas. O Excedente Bruto de Exploração do setor aumentou 0,7%.

O aumento já referido das remunerações pagas, combinado com o acréscimo de 10,8% no imposto sobre o rendimento, determinou uma diminuição da poupança bruta do setor em 1,9%.

O investimento (FBCF) do setor cresceu 3,6% no ano acabado no trimestre, tendo como resultado um acréscimo da taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) em 0,6 p.p., para 23,5%. A taxa de investimento atingiu neste trimestre o valor mais elevado desde o 3º trimestre de 2010.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento aumentou para 2,3% do PIB

A capacidade de financiamento do setor representou 2,3% do PIB no 2º trimestre de 2017, mais 0,4 p.p. que no trimestre anterior. Este resultado ficou a dever-

se à evolução dos rendimentos de propriedade pagos e recebidos, que registaram taxas de variação de -3,0% e 3,3%, respetivamente. A poupança do setor aumentou 22,7%, determinando assim a melhoria do saldo deste setor.

Setor das Administrações Públicas: défice diminuiu 0,2 p.p.

A necessidade de financiamento das AP registou uma diminuição de 0,2 p.p. no ano terminado no 2º trimestre de 2017, relativamente ao trimestre anterior, atingindo 1,4% do PIB. A diminuição da necessidade de financiamento resultou do efeito conjugado do aumento de 0,3% da receita e de uma redução de 0,1% da despesa (ver quadros 3 e 4).

A receita apresentou acréscimos em ambas as componentes, receita corrente e receita de capital, salientando-se o aumento das receita com impostos sobre a produção e importação (1,6%), bem como das contribuições sociais (1,3%). Em sentido contrário, observou-se uma redução da receita com impostos sobre o rendimento e património (-2,6%) e das outras receitas correntes (-2,2%).

O comportamento da despesa foi em grande medida determinado pela diminuição da despesa de capital (-0,8%) e de diversas componentes da despesa corrente, nomeadamente a despesa com prestações sociais, juros, consumo intermédio e subsídios. Por oposição, a despesa com pessoal e a outra despesa corrente aumentaram 0,1% e 4,8%, respetivamente.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -1017,2 milhões de euros no 2º trimestre de 2017, correspondente a -2,1% do PIB. No mesmo trimestre do ano anterior o saldo tinha-se fixado em

-2,8% do PIB (-1327,6 milhões de euros). Conforme se observa no quadro 5, verificou-se um aumento da receita total (1,3%) e uma diminuição da despesa em 0,3%.

Do lado da receita destacam-se os aumentos da receita com impostos sobre a produção e importação (6,5%), nomeadamente o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e com as contribuições sociais (5,1%). Em relação ao trimestre homólogo, o comportamento da receita corrente evidencia ainda a redução de 12% da receita com impostos sobre o rendimento e património, designadamente o IRS, traduzindo o efeito negativo da antecipação dos reembolsos. Como foi já referido, este efeito tenderá a ser compensado no trimestre seguinte. O aumento da receita de capital justifica-se essencialmente pela recuperação de créditos garantidos no âmbito do acordo celebrado entre o Estado, o Banco Privado Português (BPP) e o BPP Cayman.

Do lado da despesa verifica-se que o aumento da despesa com pessoal e da outra despesa corrente foi compensado pela diminuição das restantes componentes da despesa corrente e da despesa de capital.

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos para a passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. No conjunto do 1º semestre de 2017, o saldo global das AP fixou-se em -1794,4 milhões de euros, correspondendo a -1,9% do PIB (-3,1% do PIB em igual período do ano passado)³.

³ Como foi referido no destaque anterior das contas trimestrais por setor institucional, iniciou-se no 1º trimestre de 2017 um plano de recapitalização da CGD, considerado como não constituindo uma ajuda de estado pela Comissão Europeia. O valor total da recapitalização atingirá 4874 milhões de euros (4444 milhões de euros já realizados no 1º trimestre de 2017) dos quais 3944 milhões de euros foram suportados pelo Estado Português (o que corresponde a cerca de 2,1% do PIB).

Comparando o 1º semestre de 2017 com o período homólogo, verificou-se que, apesar de uma deterioração do valor absoluto do saldo em contabilidade pública (-138,7 milhões de euros), o saldo em contabilidade nacional registou uma melhoria. Esta evolução resulta, em larga medida, dos efeitos associados ao ajustamento da delimitação setorial do setor das AP ao nível das empresas públicas e ao ajustamento temporal de impostos e contribuições. Recorde-se que os impostos e as contribuições sociais, na passagem de contabilidade pública a contabilidade nacional incluem um ajustamento temporal visando aproximar o respetivo momento de registo do período em que se verificou a atividade que gerou a obrigação de pagamento. A melhoria deste ajustamento está associada ao aumento da receita com impostos e contribuições nos meses em causa.

Tendo em consideração a complexidade desta operação, o INE continua envolvido num processo de diálogo e de troca de informações com a Comissão Europeia (Eurostat) sobre o seu registo em contas nacionais. Este processo terá como limite temporal março de 2018, quando o INE transmitir a 1ª notificação do Procedimento dos Défices Excessivos relativa a 2017.

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: 10⁶ euros

	2016T2	2016T3	2016T4	2017T1	2017T2
Receitas totais	79 219,7	79 005,5	79 705,6	80 289,6	80 533,7
Receita corrente	78 145,6	78 160,9	78 909,2	79 483,6	79 648,0
Impostos sobre o rendimento e património	19 291,0	18 827,0	19 081,1	18 898,6	18 412,9
Impostos sobre a produção e importação	26 945,6	27 100,9	27 346,7	27 634,0	28 069,5
Contribuições sociais	21 091,4	21 271,0	21 608,6	21 857,4	22 139,3
Vendas	6 469,1	6 542,5	6 625,5	6 668,1	6 697,1
Outra receita corrente	4 348,5	4 419,5	4 247,3	4 425,4	4 329,2
Receita de capital	1 074,1	844,6	796,4	806,0	885,7
Despesas totais	85 738,1	85 889,2	83 370,8	83 246,0	83 179,7
Despesa corrente	78 812,9	79 316,7	79 818,4	79 649,6	79 611,2
Prestações sociais	34 926,1	35 015,0	35 112,8	35 007,7	34 891,7
Despesas com pessoal	20 504,4	20 674,1	20 880,9	20 935,3	20 960,2
Juros	7 898,3	7 822,0	7 760,7	7 677,8	7 606,4
Consumo intermédio	10 070,6	10 220,1	10 417,8	10 546,5	10 469,6
Subsídios	1 058,8	1 020,3	975,0	967,6	951,3
Outra despesa corrente	4 354,7	4 565,2	4 671,3	4 514,7	4 731,8
Despesa de capital	6 925,2	6 572,5	3 552,3	3 596,4	3 568,5
Investimento ⁽¹⁾	3 769,9	3 569,0	2 800,8	2 807,4	2 759,0
Outra despesa de capital	3 155,3	3 003,5	751,5	789,0	809,5
Saldo corrente	- 667,3	- 1 155,9	- 909,2	- 166,0	36,8
Saldo total	- 6 518,4	- 6 883,7	- 3 665,2	- 2 956,4	- 2 646,0
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	70 914,6	71 494,7	72 057,7	71 971,7	72 004,7
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	182 613,2	183 954,4	185 179,5	186 711,9	188 562,0
Défice em % PIB	-3,6%	-3,7%	-2,0%	-1,6%	-1,4%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2016T2	2016T3	2016T4	2017T1	2017T2
Receitas totais	0,1	-0,3	0,9	0,7	0,3
Receita corrente	0,4	0,0	1,0	0,7	0,2
Impostos sobre o rendimento e património	-1,3	-2,4	1,3	-1,0	-2,6
Impostos sobre a produção e importação	1,1	0,6	0,9	1,1	1,6
Contribuições sociais	0,9	0,9	1,6	1,2	1,3
Vendas	0,8	1,1	1,3	0,6	0,4
Outra receita corrente	0,1	1,6	-3,9	4,2	-2,2
Receita de capital	-16,7	-21,4	-5,7	1,2	9,9
Despesas totais	-0,4	0,2	-2,9	-0,1	-0,1
Despesa corrente	0,2	0,6	0,6	-0,2	0,0
Prestações sociais	0,4	0,3	0,3	-0,3	-0,3
Despesas com pessoal	0,6	0,8	1,0	0,3	0,1
Juros	-1,0	-1,0	-0,8	-1,1	-0,9
Consumo intermédio	0,4	1,5	1,9	1,2	-0,7
Subsídios	-4,5	-3,6	-4,4	-0,8	-1,7
Outra despesa corrente	-1,6	4,8	2,3	-3,4	4,8
Despesa de capital	-6,0	-5,1	-46,0	1,2	-0,8
Investimento ⁽¹⁾	-5,1	-5,3	-21,5	0,2	-1,7
Outra despesa de capital	-7,0	-4,8	-75,0	5,0	2,6

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	2º trimestre de 2016		2º trimestre de 2017		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	19 281,6	41,2	19 525,7	40,1	1,3
Receita corrente	19 149,4	40,9	19 313,9	39,7	0,9
Impostos sobre o rendimento e património	4 053,3	8,7	3 567,5	7,3	- 12,0
Impostos sobre a produção e importação	6 693,7	14,3	7 129,2	14,6	6,5
Contribuições sociais	5 489,7	11,7	5 771,5	11,9	5,1
Vendas	1 639,3	3,5	1 668,3	3,4	1,8
Outra receita corrente	1 273,5	2,7	1 177,3	2,4	- 7,6
Receita de capital	132,2	0,3	211,8	0,4	60,3
Despesas totais	20 609,2	44,0	20 542,9	42,2	- 0,3
Despesa corrente	19 778,3	42,2	19 739,9	40,5	- 0,2
Prestações sociais	8 330,8	17,8	8 214,8	16,9	- 1,4
Despesas com pessoal	5 824,8	12,4	5 849,7	12,0	0,4
Juros	1 852,2	4,0	1 780,8	3,7	- 3,9
Consumo intermédio	2 541,6	5,4	2 464,8	5,1	- 3,0
Subsídios	216,7	0,5	200,4	0,4	- 7,5
Outra despesa corrente	1 012,3	2,2	1 229,5	2,5	21,5
Despesa de capital	830,9	1,8	803,0	1,6	- 3,4
Investimento ⁽¹⁾	718,2	1,5	669,8	1,4	- 6,7
Outra despesa de capital	112,7	0,2	133,2	0,3	18,2
Saldo corrente	- 628,9	- 1,3	- 426,0	- 0,9	
Saldo total	-1 327,6	- 2,8	-1 017,2	- 2,1	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2016S1	2017S1
Saldo em contabilidade pública:	-3 168.8	-3 307.5
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	714.1	1 016.1
Diferença entre juros pagos e devidos	971.9	935.0
Outros valores a receber:	- 544.0	- 215.0
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	- 188.1	202.9
<i>Outros</i>	- 355.9	- 417.8
Outros valores a pagar:	- 98.1	153.2
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	- 117.6	- 83.2
<i>Outros</i>	19.5	236.3
Outros ajustamentos:	- 688.6	- 376.2
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	- 877.0	- 961.7
Saldo em contabilidade nacional:	-2 813.6	-1 794.4
PIB	91 339.8	94 686.3
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-3.1%	-1.9%

Quadro corrigido às 13:00; os valores na linha do PIB foram alterados.

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou 1,1%

No 2º trimestre de 2017, o RNB registou uma variação nominal de 1,1%, mais 0,1 p.p. que a variação do PIB. Esta ligeira diferença positiva foi determinada pela melhoria do saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior (observando-se taxas de variação de 8,8% nos rendimentos recebidos e de 2,9% nos rendimentos pagos) e do saldo dos impostos e subsídios com o exterior.

Quadro 7: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2012T1	174 810	-0,8	170 487	-1,3	171 809	-1,3
2012T2	171 973	-1,6	167 735	-1,6	168 944	-1,7
2012T3	170 335	-1,0	165 894	-1,1	167 051	-1,1
2012T4	168 398	-1,1	164 317	-1,0	165 851	-0,7
2013T1	167 664	-0,4	164 362	0,0	165 934	0,0
2013T2	168 093	0,3	165 482	0,7	167 273	0,8
2013T3	168 920	0,5	166 389	0,5	168 222	0,6
2013T4	170 269	0,8	167 975	1,0	169 808	0,9
2014T1	170 716	0,3	168 318	0,2	170 414	0,4
2014T2	172 241	0,9	169 647	0,8	171 620	0,7
2014T3	173 324	0,6	170 838	0,7	172 942	0,8
2014T4	173 079	-0,1	170 117	-0,4	172 313	-0,4
2015T1	174 865	1,0	171 355	0,7	173 669	0,8
2015T2	176 720	1,1	172 407	0,6	174 617	0,5
2015T3	178 261	0,9	173 894	0,9	176 072	0,8
2015T4	179 809	0,9	174 868	0,6	177 168	0,6
2016T1	181 386	0,9	177 183	1,3	179 347	1,2
2016T2	182 611	0,7	178 213	0,6	180 802	0,8
2016T3	183 951	0,7	179 411	0,7	181 984	0,7
2016T4	185 179	0,7	181 174	1,0	183 630	0,9
2017T1	186 674	0,8	182 347	0,6	185 291	0,9
2017T2	188 526	1,0	184 437	1,1	187 198	1,0

O RDB da nação registou um aumento de 1,0% no 2º trimestre de 2017, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) cresceu 0,7%, determinando um acréscimo de 2,7% da poupança bruta da economia. A poupança bruta da economia representava 16,0% do PIB no 2º trimestre de 2017.

A FBC para o total da economia situou-se em 15,9% do PIB no 2º trimestre de 2017 (mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior). Este aumento da FBC compensou o acréscimo já referido da poupança, vindo a determinar

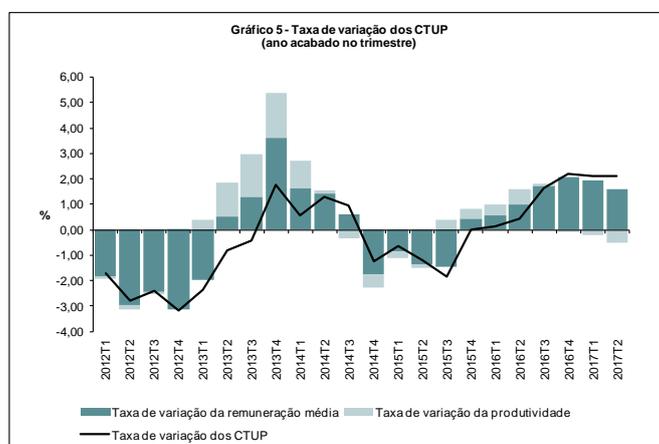
a estabilização da capacidade de financiamento da economia em 1,0% do PIB.

Quadro 8 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade de Financiamento (-) un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2012T1	12,7	1,6	17,6	-3,3
2012T2	13,0	1,7	16,5	-1,8
2012T3	12,8	1,8	15,5	-0,8
2012T4	13,7	2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	1,8	15,1	1,0
2013T2	15,0	1,8	14,9	1,9
2013T3	15,2	1,7	14,9	2,0
2013T4	15,4	1,5	14,6	2,3
2014T1	15,4	1,6	15,0	2,0
2014T2	15,2	1,5	15,0	1,7
2014T3	15,3	1,5	15,1	1,7
2014T4	15,0	1,2	15,3	1,0
2015T1	15,0	1,2	15,2	1,0
2015T2	14,6	1,2	15,7	0,1
2015T3	14,9	1,1	15,7	0,3
2015T4	14,9	1,2	15,8	0,3
2016T1	15,4	1,1	16,0	0,5
2016T2	15,6	0,9	15,7	0,8
2016T3	15,7	1,0	15,6	1,0
2016T4	15,6	0,9	15,5	1,0
2017T1	15,7	1,0	15,7	1,0
2017T2	16,0	0,9	15,9	1,0

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentam 2,1%

No ano acabado no 2º trimestre de 2017, os CTUP registaram um aumento de 2,1%, taxa idêntica à registada no trimestre anterior, na sequência do acréscimo de 1,6% da remuneração média e, em menor grau, da redução de 0,5% da produtividade.



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Assim, comparativamente com a publicação anterior referente ao 1º trimestre de 2017, são de destacar a incorporação dos resultados finais relativos a 2015, estando disponíveis dados detalhados por ramo de atividade e por setor institucional, que teve consequências nas estimativas trimestrais para o ano de 2015 e seguintes, bem como as revisões das

contas trimestrais para o total da economia, publicadas a 31 de Agosto passado. No destaque sobre os resultados finais das Contas Nacionais para o ano 2015, publicado em simultâneo, as revisões efetuadas são descritas de forma mais detalhada.

Adicionalmente foram também integradas as versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal.

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (Líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.